

GÊNERO, COTIDIANO E DIREITO À CIDADE: UMA REFLEXÃO PRÁTICA¹

Daniela Abritta Cota²

DOI: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre a incorporação prática da perspectiva de gênero em planos e projetos urbanos por meio da aplicação de métodos que permitam incluir, de fato, as experiências cotidianas e as demandas das mulheres em relação à cidade. Para isso, utilizamos a metodologia desenvolvida por um coletivo especialista em *Urbanismo feminista – o Col.lectiuPunt 6*, de Barcelona. Buscaremos apresentar tal metodologia e apli-

17

1. A temática deste trabalho se articula ao tema de pós-doutoramento da autora, realizado durante 2018 na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, sob supervisão da professora Silke Kapp. O trabalho contou também com o desenvolvimento de estudos em Barcelona e com a tutoria da profa. Zaida Muxí (ETSAB/UPC -Universitat Politècnica de Catalunya), quando pudemos ter contato com a metodologia abordada ao longo deste trabalho. A aplicação da metodologia referida neste artigo se deu durante a disciplina de Estúdio Intermediário "Cidade para Todxs" (com 72h/a de carga horária) ministrada pela autora deste trabalho no primeiro semestre de 2019 para alunos do 3º ao 6º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSJ.

2. Arquiteta pela UFMG, mestre e doutora em Geografia pela UFMG, com pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Professora do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas da UFSJ e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSJ.

Email: abritta@ufs.edu.br

cá-la em estudos urbanos no bairro Solar da Serra, em São João del-Rei – MG para, posteriormente, refletir sobre as possíveis contribuições desses métodos para o avanço da incorporação da temática de gênero nos estudos urbanos e, conseqüentemente, para viabilizar o direito das mulheres à cidade.

Palavras-chave: Gênero. Cotidiano. Direito à cidade. Mulheres. São João del-Rei – MG.

GENDER, DAILY LIFE AND THE RIGHT TO THE CITY: A PRACTICAL REFLECTION

Abstract

This work aims to reflect on the practical incorporation of the gender perspective in Urban Planning and Urban Projects through the application of methods that allow, in fact, to include the daily experiences, as well as the demands of women concerning the city. For that, we used the methodology developed by a collective specialist in feminist Urbanism - Col.lectiu Punt 6, from Barcelona. We will seek to present this methodology and apply it on urban studies in the Solar da Serra neighborhood, in São João del Rei-MG, to later reflect on the possible contributions of these methods to the advance of the incorporation of the theme of gender in urban studies and, consequently, to make women's right to the city viable.

Keywords: Gender. Daily Life. The Right to the City. Women. São João del-Rei – MG.

GÉNERO, COTIDIANIDAD Y DERECHO A LA CIUDAD: UNA REFLEXIÓN PRÁCTICA

Resumen

Este trabajo pretende reflexionar sobre la incorporación práctica de la perspectiva de género en planes y proyectos urbanos a través de la aplicación de métodos que permitan incluir, de hecho, las experiencias cotidianas, así como las demandas de las mujeres en relación a la ciudad. Para esto, utilizamos la metodología desarrollada por un colectivo especialista en Urbanismo feminista – El Col.lectiu Punt 6, de Barcelona. Procuraremos presentar tal metodología y aplicarla en estudios urbanos en el barrio Solar da Serra, en São João del Rei-MG, para, posteriormente, reflexionar sobre las posibles contribuciones de estos métodos en el avance de la incorporación de la temática de género en los estudios urbanos y, consecuentemente, para hacer viable el derecho de las mujeres a la ciudad.

Palabras-claves: Género. Vida Cotidiana. Derecho a la Ciudad. Mujeres. São João del Rei-MG.

Introdução

O “direito à cidade”, proposto inicialmente em 1968 por Henri Lefebvre, inaugura conceitualmente o direito de apropriação do espaço urbano – tanto no sentido do direito de uso para as atividades da vida cotidiana como também o direito à participação dos habitantes como gestores do processo de produção das cidades. Essa visão de Lefebvre é importante para a análise da cidade e das políticas públicas que interferem na forma de apropriação dos espaços porque introduz a ideia de subjetividade e da experiência cotidiana na análise da cidade (SANZ, 2013). Entretanto, segundo Fenster (2005, p.220), a perspectiva de Lefebvre sobre o direito à cidade apresenta uma visão homogênea do espaço urbano, restrito a um padrão social baseado na imagem do homem branco, heterossexual, de classe média alta. Portanto, a ausência da diversidade sociocultural no texto de Lefebvre – por exemplo, as relações de gênero, as étnico-raciais e as de classe – acaba por limitar o direito de usar a cidade e o direito de participar da vida urbana. Assim, este trabalho busca re-

fletir como podemos, na prática, incorporar a perspectiva de gênero de modo a incluir a diversidade no trato da cidade e viabilizar o direito das mulheres à cidade. Assim, o que significa, na prática, um urbanismo com perspectiva de gênero? Como fazer planejamento urbano e projetos urbanos que levem em conta a perspectiva de gênero? Essas são questões que buscamos responder neste trabalho por meio da aplicação da metodologia desenvolvida por coletivos especialistas em *Urbanismo feminista* – a exemplo do *Col.lectiuPunt 6*, de Barcelona – em um trabalho de diagnóstico urbano no bairro Solar da Serra em São João del Rei, MG.

Sabemos que o urbanismo tem importância fundamental na vida das pessoas, já que é a disciplina que determina a configuração dos espaços que constituem o suporte físico dos usos/apropriações e das relações sociais, enfim, do “espaço social” (LEFEBVRE, 1974). Uma arquitetura e um urbanismo com perspectiva de gênero podem ser propostos a partir de outros valores – especialmente aqueles atribuídos ao gênero feminino – que têm a ver com as pessoas e os cuidados – valores esses que a sociedade capitalista e produtivista não considera importantes. Trata-se de refletir sobre a possibilidade de uma arqui-

tetura e um urbanismo mais humanos³, que considerem a diversidade de pessoas e que trabalhe:

"para que as diferenças não sejam desigualdades, mas outras maneiras de se fazer e de ser que tenham direitos iguais sem precisar ficar submergidos em uma uniformidade alienadora. Trata-se de dar valor ao que até agora estava invisível ao cotidiano. Ao que o patriarcado considerou menor" (MUXÍ, 2011, s/p).

Assim, buscamos refletir sobre a incorporação prática da perspectiva de gênero em ações de intervenção urbana por meio da aplicação de métodos que permitam incluir, de fato, as experiências e demandas das mulheres na cidade. Acredita-se que a compreensão dos conceitos e métodos elaborados pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6* podem

3. Apesar de a temática de gênero articulada ao planejamento urbano ser objeto de estudos mais recentes, não podemos deixar de mencionar que, desde os anos 1960, alguns autores já se debruçavam sobre a necessidade de se produzir espaços mais humanos e apropriáveis pela população, a exemplo de Jan Gehl, arquiteto e urbanista dinamarquês. Sua metodologia consiste em priorizar pedestres, ciclistas e a ocupação dos espaços públicos (GEHL, 2010). Já Jane Jacobs, apesar de apresentar uma abordagem que não se preocupava explicitamente com a temática de gênero, defendia, também nos anos 1960, a humanização da cidade, o uso misto, a diversidade da cidade, a celebração do caminhar e a participação cidadã como enfrentamento ao urbanismo estatal/autoritário e racionalista, rodoviarista (JACOBS, 1961). Mãe de três filhos, Jane Jacobs vivia e refletia sobre a cidade a partir da realização de certas atividades / tarefas que realizava na reprodução da sua vida cotidiana (alimentação, limpeza, cuidado, etc). A partir disso, pôde trazer à tona uma crítica ao espaço produzido pelo urbanismo até então, feito, sobretudo, por homens brancos de países do norte, que não estavam presentes nos espaços da reprodução cotidiana da vida na cidade, e sim em seus escritórios, vendo e desenhando a cidade "de cima". Por explicitar a importância do território para reprodução cotidiana da vida, seu trabalho é referência fundamental para os estudos recentes sobre *urbanismo feminista*.

trazer, como resultados, contribuições importantes para o avanço das políticas urbanas no que se refere à incorporação da temática de gênero nessas políticas e, consequentemente, para viabilizar o direito das mulheres à cidade.

Os espaços da vida cotidiana desde a perspectiva de gênero

Segundo Ciocoletto (2014, p. 13), os usos dos espaços e as atividades que neles realizamos dependem da experiência da *vida cotidiana* e, por isso, é fundamental analisá-los em função das tarefas que as pessoas realizam no seu dia a dia. A perspectiva de gênero, ao ser incorporada no urbanismo, redefine-o, uma vez que tal disciplina tem se desenvolvido na sociedade capitalista, na qual são privilegiados os espaços e as atividades relacionadas com a produção, em detrimento das tarefas reprodutivas relacionadas com os cuidados (com a habitação, filhas e filhos e demais entes familiares) – tarefas que tem sido realizadas, historicamente, por mulheres. Por isso, o urbanismo com perspectiva de gênero propõe dar ênfase às tarefas cotidianas que as pessoas realizam no seu dia a dia – produtivas e reprodutivas – e às diferenças entre os papéis de gênero que assumem essas tarefas, utilizando um enfoque interseccional, que incorpore a diversidade de experiências – seja de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos – assim como também outras características como a diversidade de classe, de raça, de

origem, etc. Enfim, a perspectiva de gênero aplicada ao urbanismo significa colocar em condições de igualdade as demandas derivadas do mundo produtivo e daquelas derivadas do mundo reprodutivo, isto é, as necessidades cotidianas das pessoas. Os dois mundos devem ser colocados no mesmo nível de importância nas decisões para evitar o aumento ou a manutenção das diferenças (MUXÍ MARTINEZ *et al*, 2011, p.108).

Sendo um conceito de difícil definição, “vida cotidiana” pode ser definida como o conjunto de atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades diárias em relação às diferentes “esferas da vida” (CIOCOCLETTO, 2014, p.14). Para realizar essas atividades, a “vida cotidiana” engloba os espaços da cidade onde elas se desenvolvem e demanda “tempo” das pessoas. Ou seja, o cotidiano das pessoas como prática social explicita as necessidades dos diferentes sujeitos para desenvolver suas atividades diárias de reprodução da vida social, em certo contexto territorial e temporal (LEVY, 2001).

Segundo Hannah Arendt (2007), a *vida cotidiana* envolve a realização de atividades vinculadas a quatro esferas:

- **Esfera produtiva:** refere-se às atividades relacionadas com a produção de bens e serviços, vinculadas ao mundo do trabalho e remuneradas;
- **Esfera reprodutiva:** refere-se a todas as ativi-

dades não remuneradas que as pessoas realizam para o cuidado (da casa, da alimentação, das roupas, dos entes da família), e que são desenvolvidas para a reprodução da vida como levar filhas e filhos na escola, fazer as compras, cuidar de uma pessoa doente, cozinhar, limpar a casa, lavar roupa, etc.

- **Esfera própria:** refere-se às atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada pessoa, como fazer ginástica ou praticar outro esporte, atividades de lazer, hobbies, etc.
- **Esfera comunitária:** refere-se às atividades que realizamos para a comunidade política – participação social, cultural e política – a exemplo de participar da associação de bairros, ou de movimentos sociais ou de um grupo de orações, etc.

Deve-se ressaltar que uma *esfera* interfere na outra e que sem as atividades da *esfera reprodutiva*, provavelmente as outras tarefas das outras esferas não poderão desenvolver-se. Entretanto, na sociedade capitalista e patriarcal em que vivemos se prioriza a *esfera produtiva* e uma visão androcêntrica de cidade, adaptando os horários e os serviços em função do capital – resultando em espaços monofuncionais, não conectados e que não levam em conta os vínculos entre as diferentes esferas – e, sobretudo, a partir do ponto de vista masculino.

Então por que é importante que o espaço urbano seja adaptado a partir de uma perspectiva de gênero? Porque, sem essa perspectiva, as mulheres continuam fora das decisões urbanas. Além disso, é o caminho para que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades e condições de acesso aos espaços urbanos, independentemente de seu sexo, idade, origem ou status socioeconômico. Para isso, é necessário dar ênfase à *vida cotidiana* das mulheres nas ações de planejamento urbano bem como atentar-se para as *formas e condições de participação* da mulher permitindo-lhes atuar, de fato, nas decisões sobre sua própria vida e em sua relação com a cidade, o que requer trabalhar ações de empoderamento das mulheres como abordaremos adiante.

Segundo Falú (2017, p. 163), a *vida cotidiana* das mulheres se desenvolve majoritariamente sobre uma base física que é seu bairro, seu entorno próximo. Mesmo no caso de terem de se deslocar para outras áreas para o exercício de outras esferas – como a produtiva, por exemplo –, o bairro e os serviços de suporte à vida que ele apresen-

ta irão facilitar ou dificultar as tarefas do dia a dia ⁴. De forma similar, Muxí Martínez *et al* (2011, p.109) afirmam:

*La perspectiva de género aplicada al urbanismo se entiende desde la experiencia y, por lo tanto, la escala próxima, pero esto no excluye la lectura analítica de la estructura general, que nos permitirá hacer recomendaciones en otros momentos de la planificación, más generales y lejanos, como puede ser un plan general*⁵ (MUXÍ MARTÍNEZ *et al*, 2011, p.109).

Assim, para realizar suas tarefas cotidianas, as mulheres precisam de serviços e equipamentos próximos à moradia que facilitem o exercício de todas suas demandas, além de necessitarem de serviços de cuidado infantil com amplitude de horário que lhes permita trabalhar – e possivelmente ter autonomia econômica. Esse é só um exemplo claro de apoio concreto às necessidades das mulheres, enquanto não se modificam questões estruturais vinculadas aos papéis de gênero e à divisão sexual

4. Não podemos esquecer que os cuidados domésticos, do ponto de vista estatístico, permanecem sendo atribuição feminina. Ou porque as mulheres assumem essas tarefas dentro da família – por opção ou obrigação –, ou porque essas responsabilidades, quando terceirizadas, são delegadas a outras mulheres contratadas para isso – o que nos permite dizer que são mulheres que sofrem as limitações no uso de uma cidade monofuncional e projetada sob a ótica patriarcal e masculinizada. Assim, pensar a escala do bairro e o que ele oferece para o exercício da vida cotidiana – e das esferas produtiva, reprodutiva, própria e comunitária – é essencial para se pensar no direito à cidade.

5. Tradução: “A perspectiva de gênero aplicada ao planejamento urbano é entendida a partir da experiência e, portanto, da escala mais próxima, mas isso não exclui a leitura analítica da estrutura geral, o que nos permitirá fazer recomendações, em outros momentos do planejamento, mais gerais e abrangentes, como ocorre em um plano geral (ou plano diretor).”

do trabalho.

Nesse sentido, Falú questiona:

¿quiénes son los sujetos del derecho a la ciudad y de sus políticas?; ¿quiénes y para quienes son éstas planificadas?; ¿cómo son construidas material y simbólicamente?; ¿de qué manera incide la división sexual del trabajo en la planificación y el uso de las ciudades? (FALÚ, 2017, p. 166) ⁶

28

Segundo a autora, apesar dos avanços e conquistas, a incorporação das mulheres no planejamento urbano ainda se dá de forma frágil e débil, sendo necessário distinguir os reconhecimentos formais, a retórica política e a realidade em que vivem as mulheres em suas cidades e, em particular, aquelas que vivem em situação de pobreza. Pobreza essa que, segundo Falú, *“no es solo económica: es pobreza de derechos, de servicios, de educación, de ingreso formal seguro, de movilidad segura, de seguridad y no temor a la violencia por el solo hecho de ser mujeres”* (FALÚ, 2017, p. 167).

As mulheres são, desde sempre, as cuidadoras da humanidade. Como tal, se organizam para o cuidado de si próprias, das crianças, do abastecimento do lar, dos idosos

6. Tradução: “Quem são os sujeitos do direito à cidade e às suas políticas? Quem planeja e para quem são planejadas as cidades? Como são construídas material e simbolicamente? De que maneira a divisão sexual do trabalho afeta o planejamento e o uso das cidades?”

da família, além de muitas ainda tentarem trabalhar e participar dos movimentos sociais que envolvem a comunidade e a cidade. Isso gera um sistema de desigualdades e particularidades no uso da cidade em suas diferentes escalas – casa, bairro, cidade, região – e, para desenvolver todas as tarefas em tempos cada vez mais escassos, a proximidade e a acessibilidade acabam sendo requisitos fundamentais nas cidades. Além disso, devemos reconhecer que se uma pessoa se encarrega do cuidado de outras pessoas – seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva –, ela realiza mais tarefas cotidianas e, conseqüentemente, seu movimento pela cidade será mais complexo e poligonal que o de uma pessoa que se encarrega só de si mesma. A literatura sobre mobilidade e gênero salienta que além das mulheres se deslocarem mais no território e de forma menos linear e mais poligonal – especialmente por causa do mundo reprodutivo –, elas usam mais os meios de transporte e se deslocam mais a pé que os homens. As mulheres tendem a se deslocar mais, com viagens mais curtas e em horários mais variados, o que resulta em maior gasto de tempo e de dinheiro. Outra questão a se considerar é que, como as mulheres estão mais inseridas no mercado informal de trabalho, os seus deslocamentos tendem a ocorrer muito mais cedo ou mais tarde do que os horários padrões para os quais o sistema de transporte é planejado (cf. GAUTHIER, KUNIEDA, 2007, p. 6 *apud* SARAIVA, 2017, p.48). Segundo Falú (2017, p. 167), seus trajetos são

mais curtos, interconectados, o que supõe uma utilização fragmentada de tempo e do espaço, diferentemente dos homens que transitam pela cidade com percursos mais lineares e pontuais.

Nesse sentido, podemos afirmar que a relação tempo-espaço é “genderizada” (ROSA, 2014, p.2) na cidade, ou seja, marcada pela questão de gênero, constituindo-se como uma dimensão chave para a compreensão da diversidade e das desigualdades nas relações entre homens e mulheres, e mesmo entre mulheres e mulheres, ao experimentarem diferentes situações socioeconômicas. De acordo com Rosa (2014), as desigualdades de classe econômica, quando articuladas às desigualdades de gênero, impactam diretamente nos modos de uso dos espaços urbanos nas cidades. Para ela, gênero e classe social são dois princípios básicos da estratificação social. Se a condição de vida é ruim, se a mobilidade é deficiente, se o bairro não oferece suporte para a vida cotidiana, essa situação é pior para as mulheres pobres. Assim, ao não considerar as necessidades cotidianas dos diferentes sujeitos no planejamento das cidades, o processo de produção capitalista “domina até mesmo o tempo e limita o acesso, o direito de ir e vir e por extensão o direito à cidade à parcela significativa da população”, como no caso particular aqui abordado, às mulheres (COTA, 2019, p.07).

Assim, o *urbanismo feminista* propõe trabalhar no senti-

do da “cidade cuidadora”, que é aquela que cuida do entorno (escala próxima), cuida das pessoas, nos permite cuidarmos de nós mesmos e cuidar das outras pessoas. Assumir a perspectiva de gênero significa reconhecer as desigualdades vividas pelas diferentes mulheres em relação ao uso da cidade e estabelecer que a orientação para a redução dessas desigualdades deve ser prioridade (SARAIVA, 2017) nos planos e projetos urbanos.

Sobre os conceitos e métodos

*La planificación urbana tendría que enfocarse de forma que nos permita hacer un constante trabajo transversal, transescalar e interdisciplinario. Transversal entre las personas profesionales que trabajan y entre las áreas del mismo ayuntamiento, otras instituciones y también poblaciones implicadas, es decir, transversalidad vertical y horizontal*⁷ (MUXÍ MARTÍNEZ *et al*, 2011, p. 110).

31

Seguindo as palavras acima referidas de Muxí Martínez *et al* (2011), Ciocolleto (2014), integrante do coletivo de mulheres de Barcelona – *Col.lectiuPunt 6* – sugere que devemos trabalhar o planejamento de forma integral integral – considerar a transversalidade de gênero nos aspectos físicos, sociais e funcionais – e que, portanto, ele deve

7. Tradução: “O planejamento urbano teria que ser abordado de forma a permitir a realização de um trabalho transversal constante, transescalar e interdisciplinar. Transversal entre os profissionais que trabalham e entre as áreas (ou setores) da mesma prefeitura, outras instituições e também populações envolvidas, ou seja, transversalidade vertical e horizontal!”

ser *multiescalar* (desde o detalhe dos espaços públicos até a leitura compreensiva do território e nas diferentes etapas do planejamento urbano, evitando a setorização do planejamento geral), *interdisciplinar* (abordado entre as diferentes profissões e áreas da Administração Municipal que incorporem o conhecimento urbano diversificado e não apenas da arquitetura e do urbanismo); e *participativo* (contando com as pessoas vizinhas, da comunidade, e garantindo que a informação flua de forma compreensível e bidirecional, em ambos os sentidos, entre as pessoas vizinhas e a administração municipal, independentemente de a ação ser conduzida pela comunidade ou pela Prefeitura).

32

Segundo ela, as leis de uso e ocupação do solo devem ser pensadas incorporando qualidades ou critérios urbanos compatíveis com a perspectiva de gênero, quais sejam:

- **Proximidade:** distância espaço-temporal dos caminhos/ das rotas e do acesso aos serviços.
- **Diversidade:** consiste na mistura física e social que permite a variedade de pessoas, atividades e usos.

- **Autonomia**⁸ : qualidade que deriva dos espaços seguros e acessíveis.
- **Vitalidade:** presença simultânea e contínua de pessoas; densidade de atividades na rua que favorece o encontro e a sociabilidade.
- **Representatividade:** reconhecimento das pessoas da comunidade e valorização da memória social e cultural da igualdade, especialmente tornando visíveis as contribuições das mulheres para a sociedade (contribuições que foram historicamente escondidas) (cf. CIOCO-LETTO, 2014, p.41-47).

Essas qualidades são aplicáveis no nível da cidade, mas o trabalho normalmente é feito na escala do bairro e dos espaços públicos, já que são considerados os ambientes imediatos das pessoas, onde é possível verificar se as necessidades reprodutivas são atendidas (cuidado, compras, etc.). Deve-se ressaltar que focalizar a escala do bairro no estudo da *vida cotidiana* não significa deixar de

8. Segundo Kapp (2004, p. 98) “autonomia é o ‘direito’ de se autogovernar. *Auto-nomos*, normas ou leis próprias; (...). (...) autonomia não é apenas o direito, mas, principalmente, a capacidade de dar a si mesmo suas próprias normas.” Segundo ela, a autonomia só existe quando há algo de heterônomo em jogo, quando há algo de exterior, de outro. Ao utilizarmos o termo “autonomia” referindo-se ao uso da cidade, significa que as pessoas gozam de autonomia quando os espaços que ocupam são percebidos como seguros, geram confiança para serem utilizados sem restrições de qualquer natureza (física, econômica, etc.) e quando as condições de acessibilidade são universais para os espaços da vizinhança e para a rede diária, observando as particularidades físicas dos grupos.

lado a análise da cidade e do território de forma geral. Entretanto, é na escala de bairro, que contém a escala da vizinhança, que evidenciamos se a perspectiva de gênero vem sendo aplicada ou não, sendo por isso a escala mais importante para o planejamento que leve em conta as necessidades cotidianas de todos os sujeitos. Segundo Ciocolleto (2014, p.17):

*Aplicar los criterios de género en el planeamiento urbano contribuye al desarrollo de una **sociedad más justa y equitativa** porque influye en la localización de las actividades, en la interrelación entre estas y en las cualidades de los espacios. Asimismo, contribuye al desarrollo sostenible ya que el modelo de ciudad óptimo para el desarrollo de la vida cotidiana se basa en la **proximidad** espacio temporal, facilitadora de la movilidad que prioriza los desplazamientos peatonales y accesibles para conectar las actividades y de los usos mixtos con **diversidad** de equipamientos, comercios y transporte cerca de las viviendas. Además, responde a la **autonomía** de las personas para el uso de los diferentes espacios; a la **vitalidad** en las calles para que las personas las utilicen e interactúen entre sí y a la **representatividad**, para el reconocimiento y la participación en igualdad de oportunidades (CIOCOLLETO, 2014, p.17).*

Para aplicar o método de avaliação dos espaços para a *vida cotidiana*, foram definidas, por Ciocolleto (2014), três *tipologias de espaço* (que também trabalham a ideia das múltiplas escalas): *Bairro e rede cotidiana, espaço de relação/socialização e equipamento cotidiano*. Ou seja, a metodologia de avaliação urbana com perspectiva de gênero

pode ser aplicada nas três *tipologias de espaços*: 1) para avaliar um bairro, 2) para avaliar em espaço público de encontro e lazer a exemplo de uma praça, um parque ou outro espaço que exerça essa função, 3) para a avaliação de um equipamento de uso cotidiano.

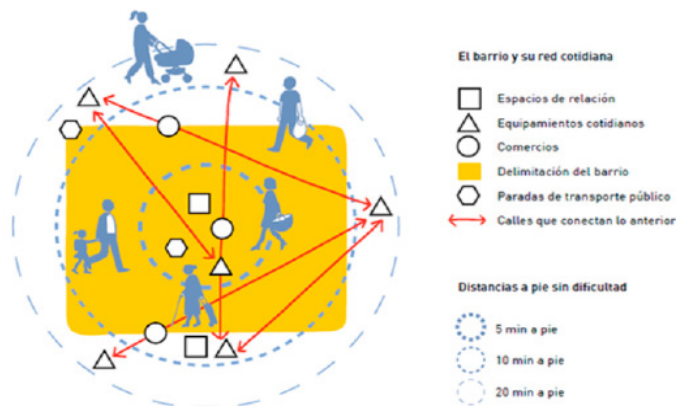


Figura 1 | Espaços da vida cotidiana desde a perspectiva de gênero

Fonte: Ciocoleto (2014, p.18)

Essa metodologia qualitativa de análise do espaço não elimina a coleta de informações sobre o bairro ou área a ser trabalhada, sendo imprescindível dispor de informações tais como evolução urbana, aspectos físico-ambientais, dados de população e perfil socioeconômico, informações urbanísticas, mobilidade e acessibilidade,

distribuição residencial e características das moradias, existência de associações de bairro, de projetos previstos para a área, etc. Sempre que possível, é necessário apresentar dados separados por sexo. Sugere-se utilizar métodos diferentes na análise urbana com perspectiva de gênero e, nesse ponto, Ciocoletto (2014) sugere: 1) percursos prévios de reconhecimento da área – aplicação do Diagnóstico de Avaliação Urbana com Perspectiva de Gênero (*Diagnosis i evaluación urbana con perspectiva de género* – DUG, desenvolvido pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6*); 2) observação participante⁹; 3) dinâmicas participativas – que variam dependendo do objetivo e do público alvo; 4) entrevistas semiestruturadas. Devemos também entender que a utilização diversificada de métodos e dinâmicas permite recolher informações mais precisas sobre a realidade sobre a qual queremos atuar e, por isso, elas são complementares entre si.

Aplicando as qualidades ou critérios urbanos às três ti-

9. Enquanto técnica de pesquisa, a observação participante remonta suas origens à Antropologia Cultural, sendo efetuada em contextos e grupos distintos e, progressivamente extrapolada para as Ciências Sociais e Humanas. É realizada em contato direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. Esta metodologia proporciona uma aproximação ao cotidiano dos indivíduos e das suas representações sociais, da sua dimensão histórica, sociocultural, dos seus processos. Por outro lado, permite-lhe intervir nesse mesmo cotidiano e nele trabalhar ao nível das representações sociais, e propiciar a emergência de novas necessidades para os indivíduos que ali desenvolvem as suas atividades (MARTINS, 1996).

pologias de espaços, Ciocoletto (2014, p.49) definiu uma *tabela com um sistema de indicadores* que nos permite *avaliar a qualidade de vida urbana sob perspectiva de gênero*. Vale destacar que os indicadores de qualidades urbanas podem ser utilizados para analisar e avaliar qualquer lugar, ou seja, são adaptáveis a qualquer realidade e contexto urbano. Além disso, é uma ferramenta não somente de análise e avaliação, mas tem caráter informativo e pedagógico. Tanto o DUG quanto a *tabela de indicadores* podem ser utilizados para avaliar diferentes contextos e lugares, verificando como o espaço urbano vem respondendo à perspectiva de gênero.

Ainda com relação à metodologia, é necessário que o urbanismo com perspectiva de gênero incorpore métodos participativos e estudos qualitativos que trabalhem o empoderamento das mulheres bem como deem voz a esse segmento da população invisibilizado nas políticas. Também é necessário envolver as mulheres em todas as etapas do planejamento e instituir metodologias para que elas construam coletivamente as soluções para seus problemas, atentando para viabilizar discussões coletivas em horários e com condições materiais que permitam a ela participar.

O guia *“MujeresTrabajando”* (COL.LECTIU PUNT6, 2014), sugerido por Ciocoletto (2014) e pelo coletivo de mulheres *Col.lectiuPunt 6* é uma ferramenta para dar visibilidade às

experiências e conhecimentos das mulheres no campo do planejamento urbano, mas também para questionar essa divisão de trabalho e reivindicar espaços onde as tarefas domésticas e de cuidado possam ser socialmente compartilhadas e que não continuem sendo responsabilidade exclusiva das mulheres. O guia foi criado para as associações e grupos de mulheres que queiram participar da transformação urbana e melhoria física do ambiente. É uma ferramenta para garantir que os processos participativos na esfera urbana se tornem processos participativos transformadores, nos quais as mulheres são agentes ativos de análise e melhoria do ambiente em que vivem. Portanto, o guia permite reforçar o empoderamento das mulheres para que participem ativamente das transformações urbanas, como motores de mudança. Apesar de nos referirmos às mulheres – pois é o foco desse trabalho – esse guia pode ser utilizado por qualquer grupo de pessoas que demandem novos olhares e que queiram intervir na transformação da cidade. As ferramentas servem para capacitar os sujeitos ativos – no caso, as mulheres – permitindo a elas conhecer e tomar consciência sobre o entorno em que vivem, além de realizar um diagnóstico urbano com perspectiva de gênero. São explicitadas as diferentes atividades que podem ser propostas em um diagnóstico com essa ênfase e também experiências nas quais o guia foi aplicado.

Outro guia desenvolvido pelo grupo *Col.lectiuPunt 6* –

“Entornos Habitables” (COL.LECTIU PUNT 6, 2017) nos apresenta uma ferramenta de diagnóstico urbano para uma análise integral dos aspectos sociais, físicos e funcionais que influenciam a percepção de segurança no espaço, utilizando uma perspectiva de gênero interseccional. Esse guia, entretanto, não foi aplicado em nosso trabalho por não ter expresso, em nossos objetivos, tal olhar específico. Ainda assim, ele será objeto de análise e aplicação em trabalhos futuros.

Aplicação da metodologia no “bairro” Solar da Serra ¹⁰ em São João del-Rei, MG e reflexões práticas

Este trabalho foi desenvolvido entre os meses de abril e julho de 2019 durante a disciplina Estúdio Intermediário

10. O “bairro” Solar da Serra constitui-se de um loteamento aprovado e executado na década de 1980 em área de uma antiga colônia agrícola (em parte do atual bairro oficial Colônia do Marçal) e atualmente é foco da ação de promotores e especuladores imobiliários. Localizado a 8 km do centro, é o último bairro da cidade, próximo à BR 383 – saída para Belo Horizonte - MG – e concentra, em sua maioria, uma população de classe média (com ocupações pontuais de baixa renda). Ele foi escolhido para o desenvolvimento da atividade de estúdio por ser um típico bairro residencial e por apresentar significativa expansão da ocupação nos últimos dez anos. Buscou-se verificar se a expansão imobiliária vinha ocorrendo acompanhada do aumento de equipamentos de suporte da vida cotidiana de modo a atender as demandas das mulheres residentes na área. Além disso, no início de 2019 o bairro foi escolhido para sediar o “Solar na Praça – Feira Livre”, um projeto idealizado por mulheres artesãs do município que acreditam no protagonismo feminino e no trabalho coletivo, como forma de alcançar transformações sociais – algo que reforçou a opção pela área de estudo. Por se constituir em parte de um bairro oficial (Colônia do Marçal) não há dados específicos disponíveis sobre o perfil dos moradores e moradoras do Solar da Serra.

“Cidade para Todxs” da UFSJ, com 72h/a de carga horária, contando com a participação de alunxs do 3º ao 6º períodos do curso de Arquitetura e Urbanismo¹¹. O objetivo foi aplicar a metodologia do urbanismo com perspectiva de gênero (conforme proposta do coletivo catalão *Col.lectiuPunt 6*) como categoria de análise do território e base para a atividade planejadora nas etapas de diagnóstico, avaliação urbana e levantamento de demandas a serem trabalhadas posteriormente em projetos de intervenção espacial.

Para a realização desse trabalho contamos com a participação de mulheres usuárias da área objeto de estudo – o Bairro Solar da Serra, em São João del Rei, MG – previamente convidadas a participar das dinâmicas e consultadas sobre suas disponibilidades no grupo de *Whatsapp* do bairro, no qual estão registrados cerca de 250 pessoas. As mulheres que se interessaram foram reunidas

11. Participaram de todas as etapas do desenvolvimento desse trabalho (problematização, conhecimento da metodologia, trabalho de campo para análise prévia da área objeto de estudo, aproximação da metodologia por meio da aplicação da observação participante, preparação de material para as dinâmicas com as mulheres – mapas, roteiro de entrevistas, etc. –, divulgação das dinâmicas por meio de cartazes colados em equipamentos de uso coletivo (públicos e privados) no bairro e em grupo de *Whatsapp* do bairro, preparação de suporte para as dinâmicas (lanche e atividades para as crianças), participação nas dinâmicas – 3 encontros e mutirão – com as mulheres do bairro) e análise crítica do processo xs seguintes alunxs: Arthur Fittipaldi, Ana Luísa Magalhães, Bárbara Pereira, Bianca Assunção, Bianca Calsavara, Clarissa Arruda, Dafne Castro, Fabianna Vieira, Gabrielle Fernandes, Guilherme Peixoto, Lara Menezes, Livia Faria, Mariana Oliveira, Otávio Moreira e Thiago Guimarães. A todxs meu agradecimento por tornarem esse trabalho possível.

em um grupo de *Whatsapp* específico para facilitar a comunicação e a realização dos trabalhos propostos. Inicialmente doze (12) mulheres se dispuseram a participar e indicaram suas disponibilidades. Nesse grupo de doze havia uma diversidade de raça e classe. Entretanto, apesar de todos os esforços, apenas 5 mulheres participaram de todas as etapas do trabalho¹² que associou a *Leitura Técnica* (análise urbana e observação participante) e *Leitura Comunitária das Mulheres do bairro* (dinâmicas participativas para aplicação do Diagnóstico com Perspectiva de Gênero - DUG -aplicação de entrevista individual, elaboração de mapas de vida cotidiana, elaboração de mapas perceptivos, levantamento de demandas e propostas e mutirão de intervenção na praça do bairro). As dinâmicas com as usuárias do espaço foram realizadas nas manhãs dos dias 18 e 25/ 05 e 15/06 de 2019, conforme dia (sábado) e horário (período da manhã) por elas definidos. Para os objetivos desse trabalho, abordaremos apenas os métodos aplicados durante a *Leitura Comunitária*, realizada com as mulheres do bairro. A seguir, apresentaremos apontamentos acerca da metodologia aplicada.

12. Acreditamos em algumas hipóteses para a baixa adesão das mulheres ao nosso trabalho: a questão do empoderamento das mulheres, em especial em uma cidade de pequeno porte, é algo recente e está sendo construído; a dificuldade de compatibilizar tarefas domésticas, trabalho e vida comunitária; a descrença em trabalhos acadêmicos que, em geral, enfatizam diagnósticos, mas não apresentam resultados práticos e efetivos para as participantes das dinâmicas.

1 DUG

A primeira parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia a aplicação do *Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero* (DUG), que consiste em um questionário que tem como intuito descrever e analisar o entorno cotidiano da área analisada sob o viés da experiência/ vivência das mulheres nesse espaço. As perguntas do questionário DUG são divididas em seis âmbitos: *participação, espaços de relação/ convivência, equipamentos e serviços, mobilidade, segurança, moradia*. Observa-se que quatro âmbitos de análise – os espaços de relação, os equipamentos e serviços, a mobilidade e a moradia – são variáveis que definem o apoio físico em que se desdobra a rede cotidiana. Por outro lado, *participação* e *segurança* são conceitos transversais que alcançam todo o apoio físico.

42

1.1 Participação

A participação implica na corresponsabilidade para com o futuro do entorno que habitamos, contribuindo também com o aumento do sentimento de pertencimento ao lugar. No caso do Solar da Serra as mulheres ressaltaram a limitação quanto à disponibilidade de tempo para participarem de eventos de interesse comum ao bairro e também da ausência de lugares e atividades que discutam as demandas com relação à cidade. Quando ocorrem, não

são oferecidos serviços de apoio (para as crianças) que viabilizem a sua participação e tampouco dinâmicas separadas segundo as especificidades das pessoas do bairro (grupos separados por gênero, faixa etária, raça, origem) a fim de se conhecer suas demandas e facilitar a participação das pessoas de acordo com suas especificidades.

1.2 Espaço Público: espaços de relação e socialização

Esses espaços devem favorecer a autonomia e a socialização dos(as) usuários(as). Entretanto, os espaços de relação do bairro Solar da Serra não suprem as necessidades das usuárias do espaço. Não há espaços que atendam a necessidade de equidade de gênero e de idade e que sejam munidos de equipamentos, como caminhos escolares com faixas de pedestre e esquinas com visibilidade melhorada, por exemplo. Existem espaços para reunir, brincar, conversar – uma praça e as algumas ruas –, porém sua distribuição pelo bairro é inadequada e as linhas de transporte não cobrem de maneira eficiente essas distâncias. Apesar da existência dos espaços de brincar (praça), não há nenhum equipamento ou mobiliário infantil específico para brincadeiras. Somente bancos (de péssima ergonomia) e mesas de concreto e uma extensa área gramada não aproveitada. Além disso, o espaço não é apropriado para diferentes faixas etárias, pois não possui equipamentos direcionados a nenhuma delas. Existe

uma rua sem saída utilizada pelas crianças para brincar, onde há também uma gruta (religiosa) construída pelos moradores. Entretanto, não há mobiliário para as pessoas cuidadoras nas proximidades e nem para a conversa de fim de tarde, considerando que os moradores possuem o costume de interagirem durante suas atividades cotidianas, especialmente nas proximidades dos equipamentos comerciais. O Solar na Praça – Feira Livre, ou “Feira do Solar” como é conhecida, protagonizada por mulheres, é um exemplo de espaço de relação intergeracional e intercultural, porém a feira não é capaz de suprir as necessidades diárias da comunidade, já que é feita apenas uma vez por mês.

44

Os percursos no bairro Solar da Serra são comprometidos pela falta de manutenção, pela má escolha de materiais de revestimento das calçadas e pelos desníveis. Estes dificultam o andar pela calçada, forçando os pedestres a caminharem pela rua.

O bairro não é munido de itens como mobiliários de qualidade (mesmo que haja bancos na praça), lixeiras, iluminação adequada, informação sobre as ruas e espaços de espera de transporte público. A vegetação existente de forma realmente eficiente se encontra apenas na praça do bairro. Há pouca arborização nas ruas.

Além disso, há elementos que trazem insegurança e fra-

gilidade para a população, como torres e antenas, muitos lotes vagos sem manutenção e muros altos. Não existem representações da memória do bairro, nem transmissão de valores de igualdade. Em contrapartida, a única representação de diversidade são os nomes de ruas com menção a mulheres (mas somente 26% das ruas têm nome feminino). Não há sinalização de ponto de ônibus, de área escolar, não há faixa de pedestres, não há um mapa com a localização das ruas, reforçando a falta de legibilidade do bairro. Essa ausência aumenta a sensação de insegurança, conforme abordado pelas participantes.

1.3 Equipamentos urbanos

A oferta de equipamentos deveria ser variada para valorizar as atividades cotidianas das mulheres, sobre as quais está a responsabilidade pelas tarefas de cuidado. Entretanto, não é isso que observamos no bairro. Os equipamentos urbanos existentes estão situados dentro das redes de mobilidade pessoal e de transporte coletivo, porém não são próximos às moradias e se concentram na parte baixa do bairro.

O bairro é equipado com uma escola, um centro espírita e o posto de saúde fica fora do local estudado, porém, na região, a mais de 1,5km e a 20 minutos a pé. Não há centro comunitário do bairro (utiliza-se um centro ao lado do posto de saúde, também a 20 minutos a pé). Faltam

equipamentos que atendam às necessidades de diferentes faixas etárias, a exemplo de lugares específicos e atividades para idosos.

Em geral, o bairro não oferece equipamentos urbanos e serviços diversos para satisfazer as necessidades de seus moradores. Há um mercado e duas padarias que oferecem produtos alimentícios, básicos, como de higiene. Nas proximidades (cerca de até 2km ou 30 minutos a pé) pode-se encontrar supermercado, açougue, mini hortifruti, farmácia, papelaria, serralheria, dois bares, um restaurante e uma pousada, um posto de gasolina, três escolas, uma igreja católica, academia. As escolas não são utilizadas fora do horário escolar – algo que, se proposto, poderia suprir a falta de equipamento de jogar, brincar, etc. Porém, embora poucos, esses equipamentos apresentam-se conectados com o transporte público. Os equipamentos também não propiciam outras atividades além das pré-estabelecidas – um serviço de creche próximo ao mercado ou atividades recreativas e esporte nas escolas, por exemplo.

1.4 Mobilidade

Há uma limitação quanto às escolhas de mobilidade, porque não houve participação popular nessas decisões, desconsiderando as diferentes percepções. O loteamen-

to foi construído priorizando vias de veículos automotores e desconsiderando outros meios de transporte e o andar a pé. As calçadas estreitas e em níveis dificultam a locomoção: se estiver com criança, carrinho de bebê ou de compras, ou se for idoso, é impossível andar pelas calçadas. Há locais em que elas estão dominadas pelo mato, árvores ou materiais de construção, impossibilitando a passagem e fazendo com que os pedestres tenham que competir espaço com os carros nas ruas.

Não há locais apropriados para espera do transporte público, bem como falta sinalização nas paradas dos ônibus. Não há informação sobre os horários das duas linhas que circulam no bairro. Os horários dos ônibus atendem especialmente ao mundo produtivo: não há ônibus entre 23hs e 6hs e, nos finais de semana, a circulação diminui – só circulam de hora em hora ou de duas em duas horas, dependendo da linha. Outra questão associada a esse quesito da mobilidade é a ausência de tarifas especiais para desempregados e para menores acima de 6 anos.

Apesar de não haver o incentivo por parte do poder público, a população também utiliza meios de transportes mais sustentáveis e baratos como a bicicleta. Entretanto, circular pelo bairro de *bike* é um desafio: não há ciclofaixa ou ciclovia; elas circulam em meio aos carros. Muitas mulheres utilizam a bicicleta com cadeirinha para circulação com os filhos ou filhas menores. Para elas o percurso é

inseguro e perigoso.

1.5 Segurança

A percepção de segurança está vinculada à capacidade das mulheres para apropriar-se do espaço com autonomia. Entre os fatores espaciais que colaboram na percepção de segurança estão a visibilidade, a clareza, a alternativa de itinerários, a variedade de usos e atividades, a presença de gente diversa. Para favorecer o sentimento de pertencimento e segurança nos espaços públicos, deve-se ter especial cuidado com a iluminação das áreas de pedestres e deve-se evitar os muros e escadas que geram cantos de difícil acessibilidade e geram espaços escondidos.

48

No Solar da Serra não há uma relação direta das casas com a rua: há muros altos e arbustos. À noite, não há iluminação suficiente e de qualidade para os pedestres, pois as casas em aclives possuem muros altos e impedem a iluminação da rua e as casas em declives, por serem baixas e também com muros, não refletem muita luz. Também existem áreas em que a vegetação está muito alta; há muitos terrenos vazios sujos e mal cuidados que pioram a sensação de insegurança.

Não existem muitos usos diferentes no bairro que favoreçam atividades e movimento nas ruas. Além disso, existem áreas que ficam completamente vazias a partir

de determinado horário. Existem algumas atividades que atualmente dão valor às relações sociais do bairro, como a feira de artesãs, o grupo do *Whatsapp*, a festa da folia de reis, a festa junina, a rede de vizinhos protegidos – uma patrulha compartilhada entre os moradores para uns vigiarem as casas dos outros. As pessoas que participam do movimento produziram adesivos, que foram colados nas casas participantes.

1.6 Moradia

O espaço como produto social (LEFEBVRE1974) deveria representar os valores sociais de seus usuários; conseqüentemente, as moradias deveriam reconhecer os trabalhos de cuidado ao lar e às pessoas. Segundo o coletivo *Col.lectiuPunt 6*, as atividades de cuidado do lar e das pessoas devem ser compartilhadas, não se deve escondê-las nem deixar sob responsabilidade de apenas uma pessoa. Assim, a moradia deveria ser projetada para viabilizar tais compartilhamentos. Devemos aproveitar os edifícios de moradias para gerar espaços de relação entre vizinhos e vizinhas, propondo usos compartilhados de serviços e construindo espaços de trânsito entre o privado e o público. É importante que os térreos das edificações sejam destinados a atividades variadas (usos não residenciais) e tenham relação direta com o espaço público, fato que

favorece a segurança e a percepção dela e, ao mesmo, tempo vitaliza o espaço.

No Solar da Serra as moradias não estão próximas e nem relacionadas aos equipamentos, comércios e transporte público, o que afeta diretamente a vida cotidiana das mulheres que têm de se deslocar mais para o exercício das tarefas cotidianas e de cuidado. Somente na parte baixa do bairro são encontrados comércios de primeira necessidade. Os demais equipamentos e postos de trabalho remunerado estão a mais de 1km ou 15 min do bairro inteiro, sendo que o centro da cidade, onde há diversidade desses equipamentos e postos de trabalho, se localiza a 8 km. Não há possibilidade de compartilhamento de serviços, visto a concepção do bairro: lotes individuais com pouca atividade não residencial no entorno.

2 *Mapas de vida cotidiana*

A segunda parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia a construção de mapas da vida cotidiana. Essa etapa visou à materialização do pensamento sobre as principais atividades realizadas no cotidiano, os deslocamentos (e meios de transporte utilizados) e as espacialidades ocupadas pelas mulheres do bairro. Com esse mapa foi possível perceber como se dá a vida cotidiana, nesse caso, com o foco em perspectiva de gênero, das mulheres do bairro participantes desse processo. A

análise contou com quatro âmbitos de investigação: as atividades que realizam para a *esfera produtiva* (trabalho), para a *esfera reprodutiva* (cuidado da casa, dos filhos e outros entes da família, alimentação, etc), *esfera própria* (cuidado de si mesmas) e *esfera comunitária* (participação em movimentos comunitários, associações, etc).

Foram entregues às participantes mapas do Bairro Solar da Serra e seu entorno. Cada uma representou em seu mapa os meios de transportes e os trajetos realizados em seu dia a dia, incluindo a indicação dos locais onde executam as atividades produtivas, reprodutivas, próprias e comunitárias. Com base na análise dos mapas realizados, ficou claro, portanto que o Bairro Solar da Serra atende apenas às necessidades imediatas, fazendo com que as moradoras tenham que se deslocar até outros pontos da cidade, como o Bairro Matosinhos e o Bairro Centro, para realizar suas atividades (produtivas e reprodutivas). Ficou visível, também, como o deslocamento é prejudicado pela falta de flexibilidade das rotas e horários do transporte público e pela falta de incentivo aos meios de locomoção alternativos, como a bicicleta.

Ressalta-se a importância desse método para a conscientização das participantes sobre o seu próprio cotidiano, pois foi comum o comentário de que “nunca percebi isso”, “nunca pensei que eu me deslocava tanto”, “agora percebo como sou prática: acabo utilizando equipamen-

tos na minha rede de mobilidade”, etc. O mapa de vida cotidiana também demonstrou que grande parte das atividades e deslocamentos das mulheres está relacionada ao cuidado (com a casa e entes da família) – e isso foi importante, inclusive para a própria percepção do fato pelas participantes.

3 *Entrevista individual*

Após a realização do DUG e dos mapas de vida cotidiana, foi entregue às participantes um roteiro de entrevista individual com o objetivo de avaliar novamente a experiência de cada participante em relação ao seu cotidiano e sua relação com o bairro. Assim, pudemos levantar os lugares mais utilizados e as atividades mais realizadas, os lugares evitados, os pontos mais representativos, os pontos positivos e os negativos. Importante ressaltar que todas as respostas se articulam ao exercício das atividades de cuidado e das 4 esferas abordadas por Arendt (2007).

4 *Mapas perceptivos*

Essa etapa do trabalho possibilitou identificar individualmente (em um primeiro momento) e coletivamente (em um segundo momento) os principais pontos do bairro que

eram agradáveis, úteis, seguros e que apresentam condições positivas para o exercício da vida cotidiana e os que não eram. O resultado foi um mapa construído pelas participantes coletivamente. Dessa forma, foi possível perceber de uma maneira mais sensível os efeitos que as espacialidades do bairro Solar da Serra causam em suas usuárias no exercício de suas tarefas cotidianas.

5 Levantamento de demandas e propostas

A última parte do levantamento do bairro Solar da Serra teve como metodologia descortinar os principais sonhos e desejos das mulheres para o bairro. Para tanto, foi questionado sobre “Qual espaço urbano vocês querem? Para fazer o que?”. Individualmente, elas escreveram e desenharam seus desejos para com o território e depois apresentaram a todos os presentes¹³.

“Eu quero um espaço que dê acesso a todos as pessoas.” V¹⁴.

“Espaços seguros e de uso comum.” I.

“Quero que a avenida Luiz Giarola fique sem risco de alagamentos.” O.

13. Todo o material produzido pelas participantes está no arquivo pessoal da autora desse artigo.

14. Optamos por não identificar as participantes pelo nome (para resguardar a identidade das mesmas), mantendo a primeira inicial para marcar a autoria da citação.

“Um bairro com placas de acesso, números, nome e faixas.” V.

“O sentimento de comunidade extrapola o “eu” e minha família, se estende (sic) para os meus vizinhos e para isso precisamos de espaços que acolham coletivamente: praças, biblioteca, salões comunitários, escola.” M.

“Desejo lotes vagos, limpos e cercados.” O.

“Gostaria que a comunidade tivesse um espaço físico próprio, promovendo um contato presencial dos moradores.” J.

“Implementação de praças que propiciem espaços para convivência de crianças – brinquedos, amplos espaços – e adultos – bancos, mesas.” I.

“Quero espaços públicos, quero poder ir até esses espaços com segurança, seja a pé, de carro, de bicicleta, de dia ou à noite.”

A partir disso foi possível levantar diretrizes de gestão e de projeto para a localidade.

Diretrizes de gestão:

- requalificar as vias do bairro e as calçadas;
- melhorar sistema de drenagem, especialmente na parte baixa do bairro e entroncamento com Av. Luiz

- Giarola, onde sempre há ocorrência de alagamentos;
- melhorar a iluminação pública;
 - viabilizar rotas de ônibus que atendam melhor a vida cotidiana (entre bairros) e maior flexibilidade de horários (inclusive à noite);
 - implantar sinalização indicativa de velocidade, de áreas escolares, de pontos de ônibus;
 - notificar e multar proprietários de lotes vagos sem manutenção;
 - criar legislação para viabilizar a permeabilidade visual dos lotes: uma lei de regulação de altura dos muros e de permeabilidade visual como alternativa para se ampliar “os olhos da rua”;
 - incentivar o uso de outros modos de transporte com intervenções físicas que viabilizem principalmente o andar a pé e de bicicleta;
 - regulamentar e fiscalizar obras de edificações de modo a impedir a ocupação da via pública pelos canteiros de obra e materiais de construção;
 - proteger a nascente existente na praça e viabilizar seu uso articulado ao uso público da praça;

- valorizar a economia local, incentivando o comércio no bairro e que ele tenha preços mais competitivos (menos caro);
- incentivar a participação dos moradores em movimentos coletivos;
- criar associação de moradores do Solar da Serra;
- manter as áreas verdes;
- valorizar e proteger a Serra de São José.
- incentivar a coleta seletiva no bairro.

56

Diretrizes de projeto:

- aumentar a permeabilidade da pavimentação da rede viária, seja alterando o tipo de pavimento, seja ampliando áreas verdes nas calçadas e áreas públicas;
- criação de mais bueiros na rede de drenagem e projeto de adequação do córrego da Av. Luiz Giarola;
- implantar lixeiras coletivas e na via pública;
- implantar postes em duas alturas (altura do pedestre como necessidade);
- implantar um mapa do bairro com a localização dos principais equipamentos, nomes das ruas e referen-

ciais do bairro;

- implantar faixas de pedestres e soluções de *traffic calming* nas áreas de maior circulação de pedestres, especialmente nas proximidades das escolas;
- construir pontos de apoio para o transporte e troca de modais e implantar ciclofaixa;
- padronizar as calçadas com aplicação de desenho universal;
- implantar equipamentos infantis na(s) praça(s);
- criar um plano paisagístico para as áreas livres/praças;
- efetivar a construção dos espaços destinados à socialização (outras praças nas áreas reservadas nos loteamentos para essa função e um centro comunitário no bairro);
- proteger e valorizar a Serra de São José com a construção de um mirante;
- proteger a nascente articulada ao projeto de uso público da praça.

Posteriormente, foram apresentadas imagens de referência de possibilidades de melhorias e projetos que

tangiam paisagismo, mobiliário, horta, equipamentos infantis, iluminação, permeabilidade, desenho de calçadas e priorização do pedestre para subsidiar as ações no dia do mutirão. As participantes escolheram as imagens que mais representavam seus anseios de melhoria espacial para serem executados na prática.

6 *Mutirão de intervenção espacial*

Por fim, combinamos onde elas gostariam de viabilizar uma proposta de intervenção espacial e elas optaram por fazer um mutirão na praça existente para instalar equipamentos para as crianças e uma pequena horta comunitária. Cada pessoa – professora, alunxs, participantes da dinâmica e outros moradores do bairro – contribuiu com o que pôde – materiais ou dinheiro – para viabilizar a intervenção. Foram instalados um balanço, um brinquedo de pneu (sobe-desce), um bambolê colorido de fitas e realizadas pinturas de amarelinha e trança-pés nas calçadas da praça, além da implantação da horta com hortaliças, suculentas e flores. As crianças também participaram da execução das intervenções e foi importante verificar como tais intervenções fortaleceram a apropriação da praça, não só por mulheres e crianças, mas por todos os moradores de forma geral. Depois desse mutirão, uma das escolas particulares do bairro realizou uma rua de la-

zer na praça. A “Feira do Solar” segue reforçando esse espaço como local de encontro, lazer, trabalho, unificando as esferas produtiva e reprodutiva para algumas das mulheres do bairro.

Ressalta-se que ao avaliarmos as qualidades ou critérios urbanos segundo o *sistema de indicadores* de qualidade de vida urbana definidos por Ciocoletto (2014, p.49) – conforme abordado anteriormente nesse trabalho – o bairro obteve as piores notas nos itens *vitalidade* e *autonomia* (nota 1, considerada *muito baixa* a qualidade de vida urbana) e representatividade (nota 2, considerada *baixa* qualidade), reforçando as observações do diagnóstico com perspectiva de gênero. Somente nos itens *proximidade* e *diversidade* o bairro obteve nota 3, considerada *média* qualidade de vida urbana.

A metodologia estudada e aplicada nesse trabalho nos permite algumas reflexões acerca da temática e dos métodos utilizados em relação a planos e projetos urbanísticos:

- aplicar a metodologia do urbanismo com perspectiva de gênero requer trabalhar a escala do bairro como unidade principal de análise, pois é a escala que nos permite aproximar da vida cotidiana dos sujeitos e de sua relação com a cidade, de forma mais ampla.
- analisar a cidade ou parte dela – conforme apon-

amos, o bairro – a partir da perspectiva de gênero é, sobretudo, dar voz aos sujeitos invisibilizados historicamente e também reconhecer a presença feminina nos espaços públicos, uma vez que é nesses espaços que as mulheres realizam grande parte das suas tarefas cotidianas, produtivas e reprodutivas, sendo que grande parte delas está associada às atividades de cuidado conforme função que lhes é designada socialmente.

- o desempenho múltiplo de tarefas pelas mulheres demanda uma variedade de serviços e atividades que devem ser oferecidos próximos uns aos outros e próximos à moradia para minimizar deslocamentos, tempo despendido e também conferir maior qualidade de vida urbana às mulheres. Assim, leis de uso e ocupação do solo, políticas de transporte e mobilidade, assim como planos e projetos de intervenção espacial devem se mirar nas atividades vinculadas ao cuidado e à vida cotidiana, para além da esfera produtiva, no sentido de viabilizar cidades mais equitativas e justas. Assim, o envolvimento e a participação da mulher nos espaços decisórios de desenho, uso, ocupação e apropriação da cidade é de suma importância para que suas demandas sejam visibilizadas e inseridas no planejamento das cidades.

- o Diagnóstico Urbano com perspectiva de Gênero (DUG) desenvolvido pelo coletivo *Col.lectiuPunt 6* foi importante para compreendermos quais atributos um

espaço público adequado às necessidades das mulheres deve possuir, bem como uma maneira de levantar questionamentos sobre a realidade na qual vivemos. Sua aplicação conjugada com a entrevista individual e os mapeamentos evidenciaram a necessidade de priorizarmos os pedestres não apenas no bairro estudado, mas em toda a cidade. Também é necessário viabilizar, nos espaços de relação/ socialização, a permanência das pessoas nesses espaços públicos por meio de uma série de medidas que gerem conforto, agradabilidade e segurança às(aos) usuárias(os). Além disso, para promover vitalidade nas ruas e a consequente atratividade desses locais – que são atributos interdependentes – se faz necessário a presença de uma diversidade de pessoas e de usos do solo como estratégia para atrair pessoas e gerar segurança, ao mesmo tempo em que sejam espaços públicos acessíveis a todos, principalmente a pé, e que, por fim, possuam elementos e atividades que convidem e deem suporte à permanência.

- as dinâmicas coletivas promoveram o diálogo e foram as próprias participantes, por meio de debates, que construíram os consensos quanto às demandas de projeto e gestão. Assim, ficou clara a função técnica de arquitetos e urbanistas na aplicação dos métodos como facilitadores, organizadores, proponentes das dinâmicas, mas não como definidores ou construtores das propostas. Os resultados de todas as etapas foram construídos

coletivamente, com participação efetiva das mulheres.

Apontamentos Finais

A pergunta que talvez ainda permaneça em nossas mentes é: se a utilização da metodologia abordada nesse trabalho de fato contribui para reforçar as qualidades do espaço urbano definidas por Ciocolleto (2014), até que ponto a *perspectiva de gênero aplicada ao planejamento urbano e ao urbanismo de forma mais ampla* contribuem de fato para o direito das mulheres à cidade?

Entendemos que a metodologia ora apresentada, ao incorporar a perspectiva de gênero, contribui para o *direito à cidade* não somente por tornar visível e levar em conta as necessidades espaciais associadas a todas as tarefas reprodutivas e valorizar a reprodução (social) da vida e das pessoas – diferente do que vem sendo feito com relação às decisões urbanas que levam mais em conta o mundo produtivo do trabalho –, mas, também, por apresentar critérios de análise, métodos e atividades que contemplam os seis pontos principais abordados por Sanz (2013, p.99-

102)¹⁵ sobre os quais devemos nos debruçar para pensar no *direito das mulheres à cidade*. Entretanto, não devemos nos esquecer de que a “utopia” lefebvriana do *direito à cidade* somente ocorrerá se em cada contexto urbano for possível, de fato, viabilizar o *uso/apropriação* e/ou a *participação* desses sujeitos femininos nos processos de transformação urbana, afinal, “A luta pelo direito à cidade implica no protagonismo das mulheres na conformação de uma agenda urbana compatível com a revolução urbana” (GORS DORF, 2016, s/p).

Entretanto, não se deve deixar de mencionar que a noção lefebvriana de *direito à cidade*, apesar de propor a apropriação da cidade segundo a dimensão do *cotidiano*, *do espaço vivido*, *dos espaços de representação* (LEFE-BVRE, 1999) e parecer inclusiva para todas e todos, na prática, esse direito, mesmo que enfrente os interesses mercantilistas, tende a não se efetivar por causa do domínio do patriarcado nas diferentes escalas de vida – do lar à cidade. Mulheres, crianças, imigrantes, minorias raciais, gays e lésbicas e pessoas idosas normalmente são excluídas da comunidade política, ou participam menos ou

15. Segundo Sanz (2013, p.99-102), a efetivação do direito das mulheres à cidade envolve ações vinculadas a seis pontos principais: 1) Reconhecer e visibilizar as mulheres que foram esquecidas; 2) reconhecer a falta de neutralidade do espaço urbano do ponto de vista do gênero; 3) reconhecer e valorizar a diversidade; 4) superar a dicotomia público-privado; 5) Incorporar as experiências e percepções das mulheres na análise da cidade; 6) (re)valorizar as tarefas de reprodução. Para maior aprofundamento verificar Sanz (2013).

estão menos representados nas arenas decisórias. Consequentemente, seus interesses estão menos representados que aqueles do homem branco, trabalhador e de classe média, assim, o domínio do patriarcado se impõe, limitando o direito de muitas pessoas de usar, apropriar, participar, decidir sobre os espaços de que necessitam no seu cotidiano.

Nesse sentido, acreditamos que os conceitos e métodos aqui abordados podem contribuir para o avanço das políticas de modo a beneficiar a todas e a todos – e que essas políticas sejam mais articuladas entre si e integrais, ao incorporar o gênero como categoria transversal – para, de fato, promover cidades mais justas, democráticas, diversas e com equidade, efetivando o real “direito à cidade”.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CIOCOLETTO, Adriana. **Espacios para la vida cotidiana**. *Auditoria de calidad urbana con perspectiva de género. Publicación del Col.lectiu Punt 6*. Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/EspaciosParalaVidaCotidiana.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

COL.LECTIU PUNT 6. **Mujeres trabajando.** *Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género.* Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/PDF-mujeres-baja-con-portada.pdf>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

COL.LECTIU PUNT 6. **Entornos habitables.** *Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno.* Barcelona, 2017. Disponível em: <http://www.punt6.org/wp-content/uploads/2016/08/Entornos_habitables_CAST_FINAL.pdf>. Acesso em: maio de 2018.

COTA, Daniela Abritta. Repensando a mobilidade urbana a partir da perspectiva de gênero. IN: **Anais do XVIII ENANPUR** – Encontro Nacional da ANPUR. Natal, 27 a 31 de maio de 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=442>> Acesso em: dezembro de 2019.

FALU, Ana. *La omisión de género en el pensamiento de las ciudades.* In: BORJA, Jordi; CARRIÓN, Fernando; CORTI, Marcelo. **Ciudades resistentes, ciudades posibles.** Barcelona: Editorial UOC. p.159-169. 2017.

FENSTER, Tovi. *The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life.* **Journal of Gender Studies**, Vol. 14, No. 3 November 2005, pp. 217–231 ISSN 0958-9236 Print/ISSN 1465-3869 q 2005 Taylor & Francis. Disponível em: <<http://www.tandf.co.uk/>

journal DOI: 10.1080/09589230500264109>. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

GAUTHIER, Aimée; KUNIEDA, Mika. **Gender and Urban Transport: Smart and Affordable Module 7a - Sustainable Transport: A Sourcebook for Policy-makers in Developing Cities. Revised September, 2007.**

GEHL, Jan. **Cities for people.** Washington, DC: Island Press, 2010. 269 p.

GORSDORF, Leandro Franklin. Qual o lugar das mulheres nas cidades? Por um ativismo-feminista-urbano. **Le Monde Diplomatique Brasil.** Série especial – O direito à cidade em tempos de crise. 2016. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/qual-o-lugar-das-mulheres-nas-cidades-por-um-ativismo-feminista-urbano/>>. Acesso em: agosto de 2019.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, (1961) 2009.

KAPP, Silke. Autonomia Heteronomia Arquitetura. **CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO (PUCMG)**, Belo Horizonte, v. 10, n.11, p. 95-105, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro. 1968

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG. 1999.

_____. **La production de l'espace**. Paris: Armand Colin. 1974.

LEVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia** nº 6, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/62/60>>. Acesso em: outubro de 2018.

MARTINS, J. B. Observação Participante: uma abordagem metodológica para a Psicologia Escolar. **Seminário Ciências Sociais / Humana**. 17(3), 266-273. 1996.

MUXÍ MARTINEZ, Zaida, CASANOVAS, Roser, CIOCOLLETTO, Marta Fonseca y GUTIÉRREZ VALDIVIA, Blanca. «¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?». En GUTIÉRREZ MOZO, María Elia (coord.). **Feminismo/s**, núm. 17, pp. 105-129. 2011. Alicante: *Centro de estudios sobre la mujer*.

MUXÍ, Zaida. Entrevista. Para Zaida Muxi, casa deve ser repensada para atender aos desafios do meio ambiente e da sociedade atual. **AU** - Edição 210 -Setembro/2011. Disponível em:<<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/210/a-casa-e-a-cidade-235174-1.aspx>>. Acesso em: julho de 2017.

ROSA, Renata Adriana. Territórios do cotidiano: trajetórias e experimentações femininas nas metrópoles brasileiras. **29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 03 a 06 de agosto de 2014, Natal – RN. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402145714_AR-QUIVO_RBANATAL2014-RenataAdrianaRosa.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

SANZ, Paula Pérez. *Reformulando la acción de “Derecho a la Ciudad” desde una perspectiva feminista. Encrucijadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales*, nº5, 2013, p. 92-105. Disponível em: < <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/67/61>>. Acesso em: julho de 2017.

SARAIVA, Ágar Camila Mendes. **Mulheres e mobilidade**: a perspectiva de gênero nas Políticas Públicas de Mobilidade. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.